

O CORPO COMO MERCADORIA: ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA

Ana Lúcia MANZONI¹
Luciana MARTINEZ²

Resumo: Este artigo pretende analisar a situação de adolescentes que se prostituem nas ruas do Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo. A pesquisa foi realizada com 4 adolescentes, duas que atuam como prostitutas nas ruas da cidade, e duas adolescentes que participam do Programa Sentinela, desenvolvido pela Prefeitura Municipal, em Parceria com o Governo Estadual, visando retirar das ruas as jovens que vivem da prostituição. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, as quais permitiram compreender as razões que levaram estas jovens à prostituição, história familiar e projetos de vida. A análise privilegia o corpo como mercadoria, inserindo esta atividade no mercado, na perspectiva das demandas, caracterizando uma relação de compra e venda, sinalizando para a necessidade de políticas públicas que ampliem as oportunidades de inclusão social.

Palavras chaves: adolescência, prostituição, discriminação, exploração sexual.

¹ Assistente Social Pós-Graduada em Políticas Sociais e Processos de Gestão. Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo.

² Assistente Social Pós-Graduada em Políticas Sociais e Processos de Gestão. Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo.

INTRODUÇÃO

A exploração sexual de criança e adolescente em nossa sociedade não é uma situação nova, mas a mídia, com seu poder e a mobilização da sociedade com atuação de Organizações Não-Governamentais (ONG'S), e do governo, têm colocado o tema em evidência.

O Brasil, dentro dos seus 500 anos de história demonstrou que não tem uma população tão cordial e pacífica como a história oficial deixou registrada. A manutenção da escravidão por quase 400 anos denunciou a exploração, a violência, o uso do corpo pela força, ainda que a representação social tenha “naturalizado” tais situações, produto de uma construção sócio-histórica.

Processos sociais excludentes estão presentes no decorrer de nossa história, a partir da chegada dos europeus que, sob o “manto” do descobrimento, pretendeu anular a história dos que aqui estavam. Este quadro avançou pelo período Colonial, Império e República.

Enquanto país politicamente livre a partir de 1822, o Brasil nunca viveu sem a presença da rapinagem, do desrespeito, da usurpação e da exclusão; e o nosso modelo atual continua como nasceu: elitista, concentrador, corrupto, violento e excludente, modelo que resulta em grandes parcelas de desempregados, um contingente cada vez maior de sem-teto e sem-terra que não se encaixam na economia capitalista globalizada.

O Brasil se apresenta hoje, através de dados recentes da UNESCO (2000), como um dos países que tem a renda mais concentrada. Isto quer dizer que grande parte da riqueza se concentra nas mãos de poucos. Situação que gera no lado oposto a pobreza, que dá origem a um quadro de grandes injustiças sociais.

Mas se o problema da exploração – violência – pobreza – exclusão no Brasil é velho, a compreensão desta realidade social é recente. Os diagnósticos ainda estão em curso e a pesquisa é escassa. Esta foi à razão pela qual se buscou compreender o contexto no qual vivem adolescentes que comercializam o seu próprio corpo, no município de Presidente Prudente.

O perfil das adolescentes entrevistadas é uma faixa etária entre 15 e 18 anos, que começaram a se prostituir ainda na infância por volta dos 10, 12 anos.

As causas se igualam: o descaso da família e a luta pela sobrevivência – a necessidade de ter um ganho usando o próprio corpo para ajudar nas despesas da casa. A condição da família geralmente de pobreza sobrevivendo de empregos informais e esporádicos. Estas adolescentes possuem apenas as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Optou-se por pesquisar os caminhos e descaminhos de parcelas da população jovem da cidade que é de porte médio, caracterizada como rica por possuir grande rebanho, concentrações de terra e renda nas mãos de poucos. Grande parte da população fica dependente de empregos com baixa remuneração e subemprego, gerando uma periferia pobre, excluídas dos direitos que atinge apenas uma minoria privilegiada.

Este contingente de excluídos desenvolve diferentes estratégias de sobrevivência. É dentro dessa população que se encontram as meninas, seres sociais e históricos: a adolescente que, para sobreviver, se prostitui precocemente.

A presente pesquisa foi realizada por etapas:

- Levantamento da existência de grupos de adolescentes que durante a noite freqüentam lugares fixos nas ruas da cidade;
- Identificação dos grupos: a) adolescentes que estão desligadas completamente de suas famílias;
- b) adolescentes que se prostituem ou se prostituíram e participam de um Projeto Social – Programa Sentinela – vinculado à Prefeitura Municipal de Presidente Prudente que tem como objetivo reintegrar estas jovens às suas famílias e à sociedade;
- Captação dos discursos de 4 adolescentes, representando estes dois grupos.

A realização das entrevistas se deu mediante um roteiro, na qual se privilegiou: a história familiar e singular das adolescentes, o sentido da prostituição, o significado do corpo como instrumento de trabalho, e as expectativas e projetos de vida. Estas temáticas foram aprofundadas no decorrer da entrevista.

O conteúdo das narrativas indicou algumas temáticas que se destacaram, as quais permitiram desenvolver a análise em diferentes aspectos:

O rompimento dos vínculos familiares.

A família é o primeiro grupo social, responsável pelo processo de socialização primária da criança, local que deveria assegurar carinho, proteção e um desenvolvimento psicossocial dos infantes.

A configuração da família e o cotidiano dos seus membros se articulam com as questões sociais, que expressam a dinâmica do contexto social representada pelos grupos, comunidade e sociedade. As estratégias de sobrevivência, as adversidades da vida cotidiana instituem formas específicas de relações sociais, configurando singularidades às famílias.

As condições objetivas de vida imprimem às famílias de baixa renda um cotidiano que para ser superado, rouba a infância de muitas crianças como se observa no relato abaixo:

(...) meu pai me batia muito, falava que eu era vagabunda, e que tinha que trabalhar e trazer dinheiro para casa, para ajudar a pagar as contas, eu estudava de manhã, até que eu saia pra procurar emprego, mas não achava, eles diziam que eu era muito criança para trabalhar de dona de casa, porque faxina era a única coisa que eu sabia fazer...] (J.S. 17 anos – Adolescente de rua).

O relato desta adolescente retrata as dificuldades que atingem milhares de crianças, obrigando-as precocemente ao trabalho. É um paradoxo, pois enquanto o Governo Federal busca combater o trabalho infantil, não se oferece alternativas às famílias que necessitam da renda obtida pelas crianças e adolescentes.

Em uma edição especial, a Revista Veja³ publicou um levantamento do Brasil na década de 90; a respeito da miséria no Brasil salientam-se duas coisas: o país tem um número elevado de pobres em relação as suas riquezas e a distancia entre miseráveis e ricos

³ Edição Especial da Revista Veja, 15/05/2002, André Lanhos, reportagem de capa – Renda e Consumo na Era FHC p.113 e 119.

é muito ampla. Estudos recentes demonstram que nas cifras da miséria se esconde outra vala: - a vala social – “os excluídos que excluímos”.

O desemprego, os baixos salários, a redução das expectativas de vida e a falta de saúde sempre estão mais presentes entre negros. Com eles o Brasil chega aos indicadores africanos.

A pesquisa analisa mais profundamente e aponta o Brasil não como um país pobre, mais um país com muitos pobres, com aproximadamente 53 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, e pobreza persistente, década após década, século após século.

Essas conclusões nos remetem para o problema da globalização que produziu para muitos uma exclusão violenta, concentrando a renda nas mãos de poucos. Mas, considerando a visão de alguns estudiosos, a pobreza no Brasil é crônica, podendo-se dizer que é uma herança o modo de produção capitalista do qual o Brasil faz parte desde seu início, sendo excludente por sua própria maneira de produzir e dividir.

A pobreza no Brasil tem raízes profundas e históricas que começa com a invasão do território, toma corpo na colonização e na escravidão, reforça no coronelismo, nas políticas populistas das oligarquias, desembocando nas mudanças promovidas pelas elites.

A história política brasileira tem uma característica muito peculiar, o que explica porque as mudanças renovadoras são sempre muito lentas, e mesmo quando acontecem deixam a impressão de que nada mudou. O motivo é que as grandes mudanças têm sido introduzidas pelas forças conservadoras, que as implantam quando não podem mais impedi-las e, assim continuam exercendo papel preponderante na nova ordem social.

A persistência da pobreza deteriora o quadro social produzindo crianças que pedem dinheiros nas ruas, fazem trabalhos precários, o abandono de famílias, a prostituição de adultos, adolescentes e crianças.

(...) Meu pai eu nunca conheci, nem os pais de meus irmãos, minha mãe sempre se prostituiu, eu cresci vendo minha mãe levando homem para casa, a gente nunca teve limite, saia para onde eu queria, e nem precisava falar para onde ia, melhor era que nem precisava voltar para casa, na rua conheci minhas amigas que eu saio bastante com elas, é todo mundo pobre, nossos pais nunca deram dinheiro, e a gente morria de vontade ir

no Balance, no Ipanema e nunca tinha dinheiro, resolvemos então fazer programa, pra poder sair] (V.J. 15 anos – adolescente de rua).

É consenso que a situação de carência das famílias encontra-se diretamente associada a sua situação de pobreza e ao perfil de distribuição de renda do país, que por sua vez desestrutura o espaço doméstico, geram um estado de desarmonia, conflitos, fragilidade, incompreensão, resultando na marginalização do jovem e da criança.

“Em síntese, a família é a instância social onde se encontram o passado, o presente e o futuro”⁴. Este autor chama a atenção para um longo tempo histórico em que o passado se confirma no presente e parece fadado a se instalar no futuro.

Neste contexto, a família se encontra fragilizada, enfraquecida, e se revela incapaz de garantir para as novas gerações, condições objetivas de sobrevivência, nem tampouco oferecer proteção aos filhos e demais membros.

O passado compromete o presente que levará para o futuro situações mal resolvidas, as quais interferirá cada vez mais na vida social dos grupos, comunidade, sociedade e do país.

O Brasil com uma população cada vez mais urbana, excluída do poder de consumo, instiga os jovens a seguirem caminhos já conhecidos pelo passado dos adultos. É o que reflete o depoimento de V.J. – 15 anos – menina de rua, quando diz: *{Eu não gosto de me prostituir, mas foi a única coisa que minha mãe conseguiu me ensinar, coitada (...)}*.

Uma outra questão aparece contribuindo para a manifestação de diferentes formas de exclusão, que são as desavenças familiares. É o que se observa no relato abaixo:

(...) No começo de adolescência a gente tá numa época de descoberta, de querer sair, e a minha família era que tinha uma cabeça antiga, naquele momento eles não tinham condições psicológicas para lidar comigo... eu não gostava de ver minha mãe com meu padrasto, ele era muito bruto, isso contribuía, para que eu me afastasse, ela se afastava da gente, quando ela ficava solteira, ela ficava mais próxima, quando ela começou a ficar

⁴ Mickle, M.M. – Em uma análise Sócio Demográfica 1999, p.11 - Unicef

com ele, ela não sabia mais lidar com os dois papéis de mãe e mulher] (C.C. 18 anos – Adolescente Programa Sentinela).

No relato exposto encontramos aspectos do desgaste das relações familiares e o rompimento dos vínculos afetivos na família entre pais e filhos, ora pelo controle excessivo, ora pelo descaso completo. A insensibilidade para lidar com as necessidades dos jovens leva os vínculos afetivos – familiares a se romperem.

Pais se desligam da vida de seus filhos, premiados pela sobrevivência, e estes buscam fora de casa, nas amizades, drogas, sexo ou na rua, algo que possa preencher suas necessidades materiais e afetivas, combatendo assim o vazio e a solidão.

Assim, a exclusão social das famílias é fator importante para o ingresso do adolescente em grupos sociais e atividades que podem ser caracterizados socialmente por transgressão.

DESENVOLVIMENTO

O corpo como mercadoria: estratégia de sobrevivência.

Há estudiosos que negam o caráter de trabalho às atividades desenvolvidas pelos adolescentes que se prostituem nos grandes centros urbanos e nas pequenas cidades, porém, o objetivo em curso é aprofundar a análise nas atividades de mercado de sexo enquanto trabalho.

A exploração sexual se define como uma violência contra a criança e o adolescente, que se contextualiza em função da cultura, do padrão ético e legal e das necessidades do mercado de trabalho. A exploração é uma relação de poder e de sexualidade mercantilizada, destinada à obtenção de proveitos por adultos, que causam danos nas diferentes esferas: biológicas, psicológicas e sociais aos explorados: crianças e adolescentes em processo de desenvolvimento. Implica ainda, no envolvimento desta população infanto-juvenil em práticas sexuais, por meio do comércio de seus corpos, empregando meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma violação de direitos e cerceamento de liberdade individual.

A exploração sexual infanto juvenil tem como objetivo satisfazer a libido dos adultos no contexto do mercado, onde o adulto paga, e muitos tiram proveito desta demanda.

Na sociedade capitalista há uma grande desigualdade social, acesso restrito a políticas sociais, fracasso da escolarização e condições especiais das relações familiares e/ou negligências para com as crianças e adolescentes.

Deve-se considerar o fascínio que esta atividade exerce sobre alguns adolescentes. A atividade sexual comercial além de se apresentar como alternativa de sobrevivência envolve relações psicossociais e culturais destas crianças e adolescentes, no meio familiar e social em que estão inseridas.

Não se pode considerar que este seja um processo marcado pela passividade do jovem, submetido involuntariamente à exploração sexual. Nesta fase de desenvolvimento sua libido desperta, encontra-se no auge, e é limitado seu conhecimento das redes de exploração e de suas conseqüências, podendo ser envolvido e intimidado facilmente.

O poder de sedução que os adultos exercem sobre a população de crianças e jovens, para os quais se acenam com um ganho fácil, enriquecimentos rápidos, além da oportunidade de freqüentarem lugares que até então só viam como próprios de outro grupo social, ou ainda o “glamour” das vestimentas, maquiagem, invadem o imaginário. Surge um mundo mais bonito, colorido e mágico.

Outros ainda penetram nesse cotidiano premido pelas necessidades mais elementares do ser humano: comer, vestir, estudar, residir, etc.

Existem vários tipos de contratos sexuais: o formal, o informal, o escravo e o contrato sexual autônomo. Este último é exercido por aqueles que ficam nas ruas, incluindo adolescentes, ou por meio de classificados, telefones celulares e outros.

A prostituição configura-se em um trabalho cujo objetivo é a troca de serviços sexuais entre um cliente e um profissional, sendo este último remunerado por um serviço prestado.

As adolescentes entrevistadas na rua caracterizam bem esse tipo de contrato sexual autônomo. A representação do corpo como mercadoria (quando indagadas sobre o significado da atividade que realizavam) pode ser observada nos relatos que se seguem:

(...) É vender o corpo pra ganhar dinheiro, pra comprar roupa, sapato, anticoncepcional, essas coisinhas que toda mulher quer ter].

(...) Dormir durante o dia, para repor as energias e trabalhar à noite para ganhar dinheiro].

(...) Olha eu sabia que me prostituindo, eu estou vendendo meu corpo para receber alguma coisa em troca (dinheiro), mas nunca tinha me atinado que meu corpo estava sendo mercadoria, igual a um produto de supermercado].

(...), mas agora que você me fez esta pergunta, me passou uma cena na minha cabeça assim – eu lá no camelódromo, e alguém gritando – moça loirinha, bonitinha, limpinha – que horror né? Mas me passou isso pela cabeça].

(...), mas sei que por enquanto esse é o meio de me sustentar. Me vestir, comer, andar de ônibus, sair, essas coisas]. (J.S. 17 anos – adolescente de rua)

(...) Eu mercadoria? Igual à coca-cola na geladeira de padaria? Nunca tinha pensado nisso (muitas gargalhadas – depois silêncio), pensando assim me sinto pior do que já me sentia, fico mais pobre de espírito, mas não posso chorar o leite derramado, afinal ninguém pegou na minha mão e disse: V. vai lá e faz isso, eu fui sozinha achando que estava abafando. E tem outra, se não fosse a mercadoria aqui, eu estaria passando fome, frio, necessidade]. (V.J. 15 anos – adolescente de rua).

O corpo é sentido como objeto útil, um produto, uma mercadoria a ser vendida e usada em troca de um preço. A justificativa para o exercício desta atividade está na necessidade de sobrevivência de um lado, e de outro, conforme pode ser captado no relato acima, um certo glamour, na medida em que o corpo é objeto de sedução e desejo *[(...) eu fui sozinha achando que eu estava abafando]*.

As adolescentes reconhecem a atividade que realizam como estratégia de sobrevivência, contudo tem dificuldade em compreender o corpo como mercadoria. Não chegam a ter consciência de que com o seu cliente elas mantêm uma relação de prestação de serviços, ou seja, o corpo é um objeto para consumo e a prostituição constitui uma relação de compra e venda.

O uso do corpo para a satisfação sexual se constitui em uma mercadoria que entra nas regras de mercado. Segundo Faleiros⁵ (2000, p.51), “o mercado do sexo funciona como um ramo de negócios que comercializa e produz serviços e produtos sexuais os mais diversos. Para pagamento dos serviços é previamente estabelecido o preço, representado pela quantidade de dinheiro que compra uma determinada mercadoria. Preço este que varia muito, dependendo do nível da empresa, dos serviços comercializados e do mercado consumidor. Como qualquer outro ramo de negócios este está sujeito à oferta e a demanda, ou seja, às leis do mercado”.

O espaço para exercerem esta atividade é a rua, pois gozam de autonomia na definição de horários, local de trabalho e produtividade. Nesse tipo de atividade o poder encontra-se concentrado na demanda, ou seja, no consumidor.

Os adolescentes do sexo de rua, por serem mão de obra “pouco qualificada”, são em geral mal remunerados. É o que pode ser captado nos discursos das jovens entrevistadas, que têm um ganho de 15 a 50 reais por programa.

É um trabalho não clandestino e extremamente perigoso, pois estão sujeitas a todo tipo de violência, repressões policiais e sociais. *[(...) Tem mês que eu tiro até 500 reais, tem mês que eu tiro só pancada]* (J.S. 17 anos – adolescente de rua).

⁵ Repensando os conceitos de violência e exploração de crianças e adolescentes.

A exploração sexual é uma atividade que já está incorporada à vida social, onde, de um lado há aquele que tem um corpo como objeto de venda, e de outro, os que compram essa mercadoria. Diferentemente de outras relações comerciais, compra-se um objeto, do qual se tem posse/propriedade temporária, até que o prazer seja obtido. No final desse processo, o objeto volta a circular no universo das mercadorias. Aquele que vende o corpo o faz com o intuito de garantir a sobrevivência, ou obter uma recompensa financeira que assegure o acesso aos bens que não poderia obter com o trabalho assalariado. Seja porque não possui escolaridade avançada ou qualificação profissional para ocupar postos mais avançados no mercado de trabalho.

Mesmo autônomo e sem intermediários, a exploração do corpo em troca de dinheiro configura uma mercantilização e reforça o processo simbólico e imaginário presente na cultura machista, no qual a mulher aparece como objeto de desejo e satisfação do homem, enquanto este último é representado como aquele que necessita atender às demandas de um corpo carregado de instintos e/ou impulsos sexuais. Não se considera, contudo, que na contemporaneidade, o mercado sexual atinge adolescentes de ambos os sexos.

O mercado é comandado por uma mão invisível, formando assim, redes organizadas, compostas por agentes de exploração do corpo para se obter lucro sob diferentes formas: compra e venda de crianças; leilões de virgindade; pornô turismo; bordeis; tráfico. Usam-se hotéis, motéis, agências de turismo, redes de tráfico, internet, agentes de noite, centro de diversões, comércio de saunas e massagens, pontos de restaurantes, funcionários de empresas, policiais, entre outros. As redes incluem grupos de todas as classes sociais.

As pessoas expostas a esse tipo de exploração, mesmo obtendo o mínimo de dinheiro, perdem autonomia, o direito sobre o próprio corpo, tornando-se reféns de si mesmos.

Diante deste quadro, resta indagar: qual a expectativa de futuro dessas adolescentes?

Percebe-se nas suas falas, uma diferença entre as que participam do “Programa Sentinela” e as adolescentes em situação de rua. As jovens integrantes do primeiro grupo, têm uma expectativa de futuro mais otimista.

(...) Eu venho para o projeto, à tarde faço meu curso, e fico com minha filha (...). olha eu só queria dizer uma coisa, essa vida que eu levava, não é uma coisa digna, às vezes as pessoas entram nessa enganadas, achando que é uma coisa, e é outra completamente diferente, hoje eu olho pra trás e sei o quanto eu perdi, e coisas que não posso voltar atrás. Hoje eu levo uma vida com dignidade, era o que eu mais sonhava na época da abstinência. Quando eu entrei para o Projeto eu era a pior daqui... com o tempo eu comecei a conseguir tirar proveito, muitas coisas contribuíram para que eu sáísse dessa vida, mas o que mais contribuiu foi o nascimento da minha filha, mudou completamente, foi aí que realmente eu criei juízo e comecei a mudar]. (C.C. 18 anos – Adolescente do Programa Sentinela).

Esta jovem mãe idealiza outra perspectiva de vida para sua criança, que é uma nova personagem, criando novos vínculos afetivos, daí partindo para um novo grupo familiar.

Diferente á a perspectiva de vida de outra jovem – que continua a se prostituir nas ruas de Presidente Prudente. Seu relato expõe a desesperança contida na atividade, marcada pelo envolvimento com drogas, mas por outro lado sugere uma possibilidade, ainda que remota ou distante do presente, de um futuro diferente. “[...] *que um dia, nem se eu tiver bem velhinha eu vou casar de véu e grinalda*]”. Ser representada como alguém que incorpora os padrões sociais (casar de véu e grinalda) é uma meta a ser alcançada.

(...) já planejei (futuro), achei que ia ser professora ou veterinária, mas hoje sei que não dá mais, to muito envolvida com tudo, droga, programa, mas eu tenho uma vontade, que um dia nem se tiver bem velhinha eu vou casar de véu com o homem que eu amar. Ter filhos? Eu não sei, porque velho não tem filhos, porque até eu sair dessa vida e achar esse homem, vou ta bem velhinha, né?]. (J.S. 17 anos – Adolescente de Rua).

O cotidiano destas jovens só permite viver o presente, o “aqui e agora”, daí que só poder re-viver o presente, caracterizando uma mesmice que adia definitivamente a projeção de um devir.

A pesquisa de campo permitiu dimensionar algumas questões enfrentadas pelas adolescentes, a começar pelos conflitos familiares, a rejeição do grupo ou da comunidade, direcionando-as para a prostituição, drogas, venda do corpo, ou para o viver na rua.

Caminhos perigosos, intoleráveis, desumanos para os próprios adolescentes, comprometendo não apenas a eles, mas a sociedade como um todo. Caminhos que marcam negativamente toda uma vida, muitas vezes de forma indelével e irreversível.

Na maioria dos casos a origem da prostituição está na pobreza, na falta de possibilidades que empurram famílias inteiras para uma realidade de exclusão social. Neste contexto, fica difícil sobreviver, mantendo os vínculos e união familiar.

Analisar esta realidade como produto do sistema, ou como decorrência de uma desestruturação familiar e penalizar governos e/ou famílias, pode ser pertinente, mas não da conta da multidimensionalidade do fenômeno.

Exige-se, neste momento, a compreensão do fenômeno inscrito em um processo de globalização da economia, quadro que atinge países centrais e periféricos, contexto no qual a exclusão se materializa na pobreza de parcelas majoritárias da população mundial.

A visão contextualizada do mundo globalizado está bem explícita na discussão do mais famoso geográfico brasileiro – Milton Santos quando explicava em suas aulas que a economia globalizada nada mais é do que o mais novo modelo de política imperialista.

No velho e no novo imperialismo as relações entre o colonizado e o colonizador sempre produziu parcelas de excluídos, desqualificados, analfabetos, discriminados. Todas essas questões acabam por constituir problemas sociais de séria gravidade que se convergem à pobreza e desigualdades.

A globalização traz, para a contemporaneidade neoliberal, velhas relações e conceitos, acentuando a exclusão e pobreza, aprofundando ainda mais o fosso entre pobres e ricos.

O lado visível da pobreza no Brasil de hoje é, nas palavras do ex - Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, um país que não é pobre, mas um país de pobres. Nos países pobres a mais visível e relevante forma de exclusão social é a econômica, que condiciona outras formas de exclusão.

Pobreza e exclusão no Brasil fazem parte de um mesmo processo. As elevadas taxas de concentração de renda e desigualdade convivem com efeitos maléficos do fenômeno do desemprego estrutural que se manifesta por meio de questões de gênero, raça, origem, idade e orientações morais, éticas e sexuais.

A desigualdade econômica conduz a outras formas de desigualdades em virtude dos valores vigentes nos espaços sociais da atualidade, em que o valor maior é atribuído ao que se tem. O ser humano só é reconhecido na sua heteronomia, confundindo-se com a multidão, pois não tem condições objetivas a ser reconhecida sua singularidade. Esta ditadura do “ter” transforma todo aquele “despossuído” em ninguém, sendo reconhecido somente enquanto número que integra as estatísticas oficiais.

A prostituição institui, para os jovens adolescentes, o instrumento mais imediato para superar as condições adversas que vivem no cotidiano como miséria, falta de habitação, trabalho. Buscam e obtêm a inclusão social, mas uma inclusão limitada porque só se fazem reconhecer como confirmadoras por meio da prostituição, condição para adquirirem bens. Contudo, é uma inclusão perversa, pois, paradoxalmente, passam a ser excluídas do entorno social já que não são reconhecidas como cidadãs.

Quando as macro políticas sociais impedem, no contexto das micro políticas, grupos de participarem, opinarem, decidirem e transformarem seu cotidiano, negam os princípios norteadores da cidadania.

CONCLUSÃO

Para reverter o quadro da exclusão social é necessário um trabalho solidário, um compartilhar, um envolvimento da sociedade civil, é necessário desenvolver uma responsabilidade pelos problemas, conforme defende Barros (2000 p.10).

A pesquisa sugere ser imprescindível o investimento de ações sobre a população de adultos e jovens, assegurando às famílias condições objetivas que permitam a seus filhos o desenvolvimento físico, psicológico e social.

O Estado aliado às universidades, às instituições, igrejas e setor privado – deve propor políticas públicas, assegurando a educação e a qualificação profissional de forma a garantir a inserção no mercado de trabalho, são maneiras pelas quais podemos superar o abandono e a exclusão desta imensa população de excluídos.

Pesquisa de levantamento de dados indica a existência de inúmeros projetos e propostas que se desenvolvem pelo Brasil com o objetivo de recuperar adolescentes e incluí-los na comunidade como cidadãos. Um dos exemplos é o Programa Sentinela que foi uma das fontes de nossa pesquisa.

Considerando que um dos principais motivos de inclusão de crianças e adolescentes no mercado do sexo é a exclusão socioeconômica, a escassez de escolaridade, as dificuldades de acesso aos serviços e bens de consumo, os problemas de saúde, entre tantos outros, o enfrentamento e a superação da exclusão passa pela inclusão por meio do acesso a políticas sociais públicas e privadas, o que requer o envolvimento da sociedade civil organizada.

Propósitos comuns podem fortalecer políticas sociais que devem ser revertidas em benefícios, ampliando as oportunidades das famílias, agindo em direção a conquista da cidadania... E cidadania compreende todas as condições para o desenvolvimento humano, ligado indissociavelmente pelos princípios da dignidade e emancipação.

Ainda sobre isso, Barros (2000, p.10) afirma que a “vida cotidiana de diferentes segmentos da população deve articular os “nós” e os “não nós”, superando essa realidade cindida, desarticulada, conquistando a síntese pela consciência de todos nós seres humanos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, M.N.F. Artigo: cidadania, alteridade e exclusão social. São Paulo: 2000.

BARROS, N.V. **Violência: Múltiplas abordagens**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional Ministério da Cultura, 2000.

BRUM, Eliane. **As prostitutas do século XXI**. *Revista Época*. São Paulo: Globo, 2000 p. 62-66.

CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Pública Módulo 3. Brasília: Centro de Educação Aberta, 2000.

CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Políticas Públicas Módulo 4. Brasília: Centro de Educação Aberta, 2000.

CAVALCANTE, L.I.C. **Violação de Direitos da Criança e do Adolescente: cenas familiares**. São Paulo: Caderno de Comunicações, 1998.

DIMENSTEIN, G. **Geração de renda recupera cidade**. São Paulo, 2001. Disponível em www.folha/dimenstein.htm.

DIMENSTEIN, G. **A guerra dos meninos**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FALEIROS, E.T.S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Centro de Referência, estudos e ações sobre crianças e adolescentes, 2000.

FALEIROS, V.P. **Redes de Exploração e Abuso Sexual e Redes de Proteção**. Brasília: Caderno de Comunicações, 1998.

JUNIOR, Amaury R. **Meninas: Produto de Exportação**. Revista Isto É. São Paulo: Três, 2002. p.38-44.

KALOUSTIAN, S.M. (Org.). **Família Brasileira: A Base de Tudo**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

LEAL, M.F. (org). **Indicadores de Violência Intra-familiar e Exploração Sexual, Comercial de Criança e Adolescente**. Brasília: Ministério da Justiça, 2000.